

Análise de Variáveis na Formação de Consórcios Públicos em Resíduos Sólidos no Brasil

Juliana B. de Oliveira^{1*}, Katia S. Ventura²

1. Estudante de IC da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, *julianabacelar330@gmail.com

2. Professora do Departamento de Engenharia Civil, UFSCar, São Carlos/SP

Palavras Chave: *Consórcios públicos, resíduos sólidos, estatística básica.*

Introdução

A maior parte dos municípios brasileiros tem como desafio a gestão dos serviços de saneamento. Quanto aos resíduos sólidos coletados, cerca de 58% deles é encaminhado aos aterros sanitários (ABRELPE, 2013).

Os instrumentos legais que se relacionam com a gestão associada para serviços públicos são a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/1981), a Lei dos Consórcios Públicos (Lei 11.107/2005) e a Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445/2007), de acordo com PEIXOTO (2008). Torna-se evidente que o saneamento ainda necessita de ações efetivas e urgentes para obter melhores resultados no cenário nacional. No entanto, entre as maiores dificuldades do poder público municipal está a falta de recursos financeiros ou a insuficiência deles para fornecer saneamento com qualidade a todos os brasileiros. Uma das formas de proporcionar a universalização desses serviços é optar pela implementação de Consórcios Públicos (CPs).

Neste contexto, é essencial investigar casos bem sucedidos e fatores que caracterizam experiências positivas para orientar outros municípios a esse aspecto.

O objetivo principal do presente trabalho é analisar a formação de CPs de resíduos sólidos, a partir de informações qualitativas sobre eles. Para isso, é adotada escala numérica para investigação estatística (correlação e regressão linear simples) das variáveis de análise.

Resultados e Discussão

O objeto de estudo são seis CPs das regiões Sul e Sudeste, tais como Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos - CIGRES (RS); Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas - CONSIMARES (SP); Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado do Rio Grande do Sul - CIRC (RS); Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul - CIRSURES (SC); Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região dos Circuitos da Águas – CISBRA (SP); Consórcio Metropolitano Porto Alegre- GRANPAL (RS).

Os dados pesquisados foram divididos em nove blocos: *informações gerais* (ano de formação, número de municípios, região do país, maior distância entre município e sede); *motivação* (falta de recursos financeiros, mobilização social, obrigação/exigência legal, apoio mútuo entre municípios e articulação política); *apoio externo* (estímulo financeiro, apoio à infraestrutura, organização territorial induzida pelo estado e motivação socioambiental); *resultados esperados* (redução de custos, melhoria em infraestrutura, aquisição de equipamentos, aumento da articulação política e resolução de problemas específicos); *origem de recursos internos* (arrecadação própria e recursos dos orçamentos municipais); *origem de*

recursos externos (recursos estaduais, recursos da união, recursos internacionais e recursos privados); *atividades planejadas/realizadas* (elaboração de projetos, capacitação e formação, administração do sistema, compartilhamento de equipamentos, disposição final, compostagem, coleta de resíduos sólidos urbanos, comercialização de recicláveis, educação ambiental, locais de entrega voluntária, coleta seletiva e limpeza urbana); *principais desafios na implantação/no funcionamento* (dificuldade na articulação política, desconhecimento sobre atuação do consórcio, dificuldade na integração entre participantes e recursos insuficientes).

Conclusões

As conclusões refletem um estudo preliminar quanto às informações coletadas, pois o presente trabalho não foi concluído.

As exigências legais para a constituição de um Consórcio Público (CP) foram definidas principalmente pela Lei nº 11.107/2005. Nota-se que quatro dos seis consórcios estudados formaram-se após a promulgação dessa lei e dois deles tiveram apoio do Ministério do Meio Ambiente, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

A distância entre os municípios de um CP é um fator relevante, considerando o custo de transbordo dos resíduos. A distância média observada entre a sede do CP e o município mais distante foi de 58,5km, sendo que dois municípios se destacam com distâncias acima de 83km.

A falta de recursos financeiros foi um dos principais fatores de motivação à formação de todos os consórcios estudados.

A destinação de recursos municipais ao consórcio e o rateio de despesas estão presentes em todos os estatutos sociais como elemento de gestão financeira.

Os principais resultados esperados desses consórcios foram aquisição de equipamentos, redução de custos com a gestão de resíduos sólidos, melhorias na infraestrutura e resolução de problemas específicos como fim dos lixões, construção de aterros sanitários, implantação de coleta seletiva, além de capacitação e formação de catadores.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Chamada Pública MCTI / CNPQ / Universal 14/2014 pelo apoio ao projeto “*Avaliação dos consórcios públicos de resíduos sólidos atuantes no país*” coordenado pela Prof^a Katia Sakihama Ventura (katiaventura@yahoo.com), DECiv-UFSCar.

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama de Resíduos Sólidos 2014. Disponível em <http://www.abrelpe.org.br/> Acesso em 20/03/2015.

PEIXOTO, J.B. Manual de Implantação de Consórcios Públicos de Saneamento. Brasília: 2008. Disponível em http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/eng_manualCapacitacao.pdf Acesso em 20/03/2015.